

Pedido de CPI para investigar cortes deve ser arquivado, diz relator

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do pedido de criação de uma CPI para investigar os tribunais superiores e o Supremo Tribunal Federal, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) apresentou parecer pelo arquivamento da proposta.

Segundo ele, “o quadro de aguda crise econômica e institucional enfrentado nos últimos anos impõe a todos muita serenidade e discernimento. Não será o esgarçamento das relações entre os Poderes que conduzirá à pacificação e à superação dos gargalos institucionais identificados”.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Parecer será apresentado na CCJ do Senado em reunião nesta quarta-feira (10)

O relatório será apresentado na CCJ nesta quarta-feira (10/4). No parecer, o senador diz perceber que “o principal sustentáculo” da decisão pelo arquivamento foi o fato de que alguns dos pontos elencados no requerimento da criação da CPI tratem de situações que são materialmente vedadas.

“Acredito ser juridicamente razoável e lógico o argumento segundo o qual não é possível sequer avaliar se as situações descritas tratam de fatos determinados, visto que incidem sobre áreas materialmente vedadas à investigação parlamentar.”

O relator afirma ainda que o Conselho Nacional da Justiça está apto a enfrentar os desmandos e desvios verificados no Poder Judiciário. Porém, avalia que é urgente a necessidade de o Poder Judiciário e seus membros serem investigados e cobra do STF uma reforma do Estatuto da Magistratura.

Arquivamento

No último dia 26 de março, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), decidiu [arquivar o pedido de CPI](#) com base em pareceres técnicos emitidos pela Consultoria Legislativa e pela advocacia do Senado, segundo os quais parte dos fatos usados para justificar a investigação estava fora dos limites da fiscalização do Senado. Logo em seguida, o próprio Davi recorreu de sua decisão e a remeteu para análise da CCJ. O parecer da comissão será ainda apreciado pelo Plenário.

Em março, o senador Delegado Alessandro (PPS-ES) conseguiu [emplacar mais uma vez](#) sua CPI para

emparedar os ministros do Supremo e atender a demandas de setores conservadores do Congresso e dos órgãos de persecução.

A desculpa oficial é que o STF tem extrapolado suas competências e decidido sobre matérias que deveriam ser pauta do Congresso. A bancada fundamentalista reclama especialmente das ações que discutem a criminalização da homofobia e a descriminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez.

O próprio Congresso não tem levado as intenções do senador muito a sério. Em fevereiro, foi [arquivado o primeiro requerimento](#) da CPI que pretendia emparedar os ministros. O presidente do Senado tomou a decisão depois que os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Kátia Abreu (PDT-TO) retiraram suas assinaturas para a instalação da comissão.

Clique [aqui](#) para ler o parecer.

Date Created

10/04/2019